

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE SOBRE A “QUESTÃO SOCIAL” PARA O SERVIÇO SOCIAL E PARA EDUCAÇÃO

Angely Dias da Cunha¹

RESUMO: O artigo em tela tem objeto de aprofundar o debate sobre a importância da apreensão da “questão social” como um conceito intrinsecamente relacionado à contradição capital X trabalho, alicerce para entender a função da educação na sociabilidade capitalista. A pesquisa deu-se por meio do método crítico-dialético e as categorias heurísticas: contradição, historicidade, mediação e totalidade e a abordagem adotada é de natureza quantitativa e qualitativa. A etapa de levantamento da revisão bibliográfica ocorreu durante a realização do mestrado entre 2016 e 2018 e o aprofundamento do debate foi mediante os resultados da dissertação. Sendo assim, em um primeiro momento a discussão versa sobre a questão social na conjuntura atual de crise do capital e financeirização da economia, paralelamente, busca-se problematizar sobre os fundamentos questão social e suas particularidades na formação social e histórica no Brasil a partir da obra de Marilda Yamamoto, o segundo momento busca expor o debate da literatura francesa em torno da “nova questão social” e ao final existem algumas considerações e os resultados, os quais apontam para a questão social como fundante no capitalismo e que na atualidade ela assume novas expressões, mas tem o mesmo alicerce.

PALAVRAS-CHAVE: Questão social. Capital financeiro. Educação. Serviço social

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma sucinta análise sobre a importância do debate da “questão social” e seus desdobramentos para o serviço social e a educação, em um contexto atual contexto de financeirização. Trata-se de uma pesquisa fundamentada na obra “Serviço Social em tempo de capital fetiche” de Marilda Yamamoto e em autor que tem contribuído para aprofundar as análises no campo marxista, entre eles: José Paulo Netto, Gaudêncio Frigotto, Mészáros, entre outros.

A pesquisa deu-se por meio de uma revisão bibliográfica e é resultado de uma construção teórica no decorrer do mestrado em Serviço Social, o método utilizado é o materialismo-histórico-dialético a partir das categorias heurísticas: mediação, contradição, historicidade e totalidade.

¹. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Docente da Pós-graduação na Faculdade Ademar Rosado- FAR e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Conservadorismo e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Sendo assim, o texto que segue, discutirá o processo de financeirização do capitalismo, a reorganização capitalista diante da crise estrutural do capital, iniciada em 1970, em curso até nossos dias e suas inflexões para o serviço social e a educação. Desta forma, em um primeiro momento a discursão será sobre o atual contexto de mundialização financeira do capitalismo, para assim, em seguida, contextualizarmos o atual debate sobre a “questão social” e a “nova questão social” no serviço social e na educação.

Portanto, além de buscar contribuir com a produção de conhecimento esse artigo tem a finalidade de abrir uma possibilidade para debates teóricos relacionados à educação e sua função dentro do capitalismo, esse marcado pela contradição capital versus trabalho e pela luta de classe, categoria fundantes da “questão social”.

1. AS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS PARA ANALISAR A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O primeiro aspecto a se considerar na análise de Yamamoto, em todas as suas publicações, quando se trata de “questão social” é o contexto histórico, no qual a autora demarca a sua emergência, situando-a na primeira república no final do século XIX. É nesse sentido que em *“Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro e questão social”* para situar a “questão social” na contemporaneidade, Yamamoto (2014) destaca a importância de considerar as particularidades históricas para análise da questão social no Brasil.

Ao analisar a questão social e a particularidade brasileira, ela menciona os estudos de Florestan Fernandes e afirma que “o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira” (2014, p. 128), ou seja, o “moderno” e o “arcaico” se relacionam, se encontram por diversos motivos um deles é devido à forma como a sociedade brasileira foi constituída através da preservação da herança portuguesa inclusive do patriarcado.

Yamamoto (2014) elenca, a partir desta análise, às determinações históricas que redimensionam a “questão social”, pontuando as particularidades da formação histórica brasileira e o seu tratamento mediante a conjuntura em que a sociedade vivencia transformações, as quais indicam novas expressões da “questão social”, fundamentada na velha e fundante contradição capitalista

Além desses elementos culturais que perpassam a herança conservadora no país no trato as expressões da “questão social”, a autora retorna o debate sobre a “revolução passiva” presente desde a colonização até a contemporaneidade, de um Estado direcionado para aplicar suas reformas do “alto” para “baixo”.

Resumidamente, a particularidade da formação social brasileira é fruto das heranças conservadas através do modelo de “revolução pelo alto” que, “as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem, evitando qualquer ruptura com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional” (IAMAMOTO, 2014. 132), através de uma forma elitista e antipopular.

A autora supracitada menciona assim como Santos (2012, p. 68) que “a desigualdade faz parte do desenvolvimento do país e por isso tem sido uma de suas particularidades históricas”, e que nossa herança histórica e o presente imprimem um ritmo particular ao processo de mudanças. Sendo assim, “tanto o novo quanto o velho alteram-se em direção contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social” (IAMAMOTO, 2014, p. 134).

Dessa forma, como é tratada a “questão social”? A “questão social” é tratada com as velhas oligarquias, adaptando o clientelismo, patrimonialismo para atender as novas exigências de produção. Segundo Iamamoto (2014), a burguesia brasileira tem suas raízes profundamente imbricadas às bases do poder oligárquico e à sua renovação diante da expansão dos interesses comerciais, financeiro e industriais.

Um dos problemas do atraso da sociedade brasileira se dá pela propriedade de terra na sociedade capitalista e para explicar esse período autora usa como referência José de Sousa Martins com *O poder do atraso*², em que o autor fala das lutas pela terra, das ligas camponesas e da influência da igreja. O autor parte de Florestan Fernandes onde ele vai mostrar que as relações sociais em atraso do Brasil é uma necessidade do desenvolvimento capitalista.

² O poder do atraso está relacionado ao oligarquismo brasileiro que se apoia na instituição de representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores como os políticos. O clientelismo político sempre foi uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos. Trata-se de uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres (MARTINS, 1991, p. 29).

É sobre esses moldes que a revolução burguesa no Brasil³ se gesta. É assim, marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra como um de seus protagonistas. A oligarquia cafeeira cede seu espaço político, econômico e cultural a burguesia nascente do desenvolvimento industrial. Embora fosse uma revolução burguesa foi marcada por forte participação popular. Com a “modernização conservadora”, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais (2014, p.140).

As desigualdades são intensificadas nos anos de 1970 as ideias neoliberais que preconizam a desarticulação do poder dos sindicatos, fez crescer o desemprego e a desigualdade social, visto que apostaram no mercado como grande esfera reguladora das relações econômicas, “cabendo aos indivíduos à responsabilidade de reprodução pela via do mercado”. Nesse momento prevalece a ideologia da meritocrática, em que culpabilizam os indivíduos pelos seus resultados sem considerar a igualdade das condições, baseado apenas no esforço individual.

Essas argumentações apenas reforçam a estrutura desigual, pois o discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social.

Diante do atual contexto capitalista, a sua fase tardia, contemporânea, as expressões da “questão social” agudizam-se, devido os reflexos do processo de reestruturação produtiva, iniciado a partir de 1970. Além disso, as transformações societárias trataram de instituir – pela ideologia dominante – concepções de mundo não mais ancoradas na contradição capitalista, como se esta houvesse sido superada. Assim, no capítulo que segue, adensaremos a discussão por meio do atual contexto capitalista, de financeirização capitalista.

2 O ESTÁGIO MONOPOLISTA DO CAPITAL SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL FINANCEIRO

A crise estrutural do capitalismo proporcionou profundas transformações societárias, advindas do processo de reorganização do capitalismo, que capitaneou a reestruturação produtiva, a mundialização financeira, a revolução informacional, instituindo, inclusive, novos mecanismos de gestão para o trabalho (MOTA, 2010). A nossa discussão discorrerá

³ Ler: A revolução burguesa no Brasil: ensaios de uma interpretação sociológica de Florestan Fernandes.

sobre o capitalismo financeiro, por partilharmos da concepção que é neste processo que intensificam os elementos que dão concretude ao projeto de ofensiva do capitalismo, na instituição de novos mecanismos para a efetivação da velha lógica, a contradição Capital X Trabalho.

O capitalismo financeiro – que se traduz pela soma das instituições financeiras com o capital industrial – passa a determinar todo o processo de desregulamentação do mundo do trabalho, ditando a forma acumulativa da atual fase do capitalismo. O processo de financeirização assume processos inéditos, passando a gerir não apenas as formas acumulativas, como também as determinações políticas, culturais e sociais. (IAMAMOTO, 2014).

O processo de mundialização do capitalismo ocorre por meio dos grupos industriais e transnacionais, diante de um contexto de desregulamentação e liberação da economia. Esse processo é a central para a realização da mundialização do capitalismo, a qual, através do processo de valorização na esfera produtiva, determina o processo de desregulamentação, instituindo o processo de reestruturação produtiva, as transformações no aparelho do Estado, o projeto neoliberal e a voga pós-moderna no campo cultural.

Segundo Iamamoto (2007) o processo que determinou a “nova” forma de determinação do ciclo lucrativo do capital, com sua centralidade no capital financeiro, foram definidos nas reuniões das grandes instituições que compõe o rol da ordem metabólica do capitalismo. O Consenso de Washington, o Tratado de Marrakesh e o Tratado de Maastricht, são exemplos destes acordos, estabelecendo um quadro político e jurídico de liberalização e privatização pelos agentes responsáveis pelo setor financeiro.

A economia vivenciou um crescimento, uma onda longa expansiva durante o período que ficou conhecido como os “anos gloriosos”, por meio do modelo acumulativo fordista, baseado na produção em massa. Entretanto, o período de crescimento logo começa a decair, instituindo um período de estagnação econômica.

A perda lucrativa fez com que o Estados Unidos rompesse com o acordo monetário denominado Bretton Woods, que comandou as regras comerciais e financeiras dos países desenvolvidos mundialmente durante os anos de 1944 a 1971.

A quebra como o acordo Bretton Woods deu margem à primeira fase da liberalização e desregulamentação financeirização no atual contexto de mundialização do capital. A crise do capital industrial provocou o enfraquecimento das economias centrais, resultando em endividamento das principais economias mundiais, na criação de títulos da dívida pública vendidos aos países emergentes para engrossar o caldo do capitalismo financeiro, na

utilização do fundo público como um dos processos que marca esta primeira fase de financeirização da economia mundial, fazendo com que aconteça uma diminuição nos investimentos dos programas sociais para alimentar as finanças.

A segunda fase de liberalização e desregulamentação financeira teve início em 1994, por meio das bolsas de valores, que passaram a ocupar o cenário mundial, com a compra e venda de ações de grupos industriais. Os grupos financeiros passam a investir no capitalismo industrial, apostando na propensão lucrativa do trabalho do chão de fábrica.

O capitalismo financeiro é gerado pela especulação na propensão a lucrar, por isso Iamamoto (2007) destaca o investimento especulativo na extração da mais-valia presente na mais-valia futura (na propensão da existência desta mais-valia).

Para isso, os investimentos do capitalismo financeiro centram-se na amplificação dos mecanismos de exploração, ocasionando mudanças no mundo do trabalho: Política de gestão; “enxugamento da mão-de-obra”; Intensificação do trabalho e aumento da jornada sem corresponder o aumento dos salários; Estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, dificultando a organização sindical; Chamamento à participação para garantia das metas empresariais; Ampliação das relações de trabalho não formalizadas ou “clandestinas”, com ampla regressão dos direitos; Aperfeiçoamento técnico e a incorporação da ciência e da tecnologia no ciclo da produção.

O capitalismo consegue por meio da sua financeirização uma retomada lucrativa - mesmo que esta não corresponda a uma onda longa expansiva – a qual trata de evidenciar ainda mais a contradição capitalista, firmada na relação desigual entre Capital X Trabalho. A desregulamentação do mundo do trabalho agrava a exploração e a desigualdade e a atualização do fundo público revitaliza o capital, isso inflexiona os investimentos no chamado custo trabalho, com redução dos direitos sociais, refletindo diretamente nas Políticas Sociais.

As ações do capital – diante deste processo de renovação – aprofunda a sua contradição fundante, tendo reflexões na destituição humana, instituindo o processo de barbarização social. A “questão social” que tem na sua raiz a contradição capitalista passa a ser determinada pelas Políticas governamentais, favorecidas pela instância financeira somada ao capital produtivo e as empresas multinacionais.

Neste sentido, é de suma importância compreender a “questão social” a partir das atuais determinações econômicas mundiais, que passam a ser institucionalizada pelo capitalismo financeiro. Analisar as atuais expressões da “questão social” nesse contexto indica relacionar a contradição estrutural e suas particularidades, o contrário do que muitos autores defendem como “nova questão social”.

Ou seja, o processo de reorganização do capitalismo, em curso, não nos apresenta uma nova questão, aprofunda, na verdade, o processo contraditório, por meio do capitalismo financeiro, de produção e socialização da riqueza social, intensificando a alienação, o fetichismo e o estranhamento, apontando desafios ainda mais tonificados para a superação desta dada realidade.

Ao Serviço Social resta a dura tarefa de intervir na realidade dinamizada pelo cenário da crise. Em expressões da “questão social” ainda mais intensas e profundas, os quais intensificam, até mesmo, o seu Projeto Ético Político. É nesse campo de debate que o item subsequente buscará compreender a “questão social” na literatura brasileira.

3. O DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL NA LITERATURA PROFISSIONAL BRASILEIRA

A compreensão e análise sobre a “questão social” perpassam a sociabilidade capitalista e sua contradição fundamental: a exploração do trabalho e a apropriação privada. Logo, essa contradição é indissociável da “questão social”, pois condensa o conjunto das desigualdades sociais e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche.

Segundo Iamamoto (2014, p. 158-160):

[...] a questão social expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. É em meio a essas contradições que trabalha os assistentes sociais, com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos.

Todavia, a categoria “questão social” é entrelaçada por diversas concepções teóricas, desde uma perspectiva conservadora até uma perspectiva crítica, isso significa dizer que essa categoria apresenta interpretações que vão desde a naturalização da pobreza até uma crítica fundamenta na lei geral da acumulação capitalista, na qual a “questão social” não é tratada como algo natural, mas como resultante da contradição capital x trabalho.

Partindo da compreensão crítica, Iamamoto (2014) faz uma análise sobre os principais interlocutores conservadores e críticos da “questão social” e suas expressões. Diante disso, a autora critica as concepções conservadoras que envolvem a “questão social”, com base na tradição de Durkheim, típica da escola francesa, cuja compreensão é produzida e reproduzida de forma ampliada enquanto “disfunção” ou “ameaça” à ordem e a coesão social,

ou seja, a “questão social” além de ser compreendida como algo natural que perpassa todas as formas de sociedade, é uma ameaça ao fundamento do sistema capitalista.

Nesse íterim, Iamamoto (2014) menciona três armadilhas sobre essas concepções da “questão social”: 1) a eliminação da dimensão coletiva do termo, reduzindo-o a uma dificuldade do indivíduo; 2) um discurso genérico, que redundava em uma visão unívoca e indiferenciada da “questão social”, passando a ser esvaziada de suas particularidades históricas; 3) vem acontecendo uma renovação da “velha questão social”, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas na sociedade contemporânea, entretanto, isso não significa uma “nova questão social”.

Seguindo esse pensamento, podemos pontuar que a linha que percorrer o debate profissional brasileiro em torno da “questão social” é estabelecida no interior da interlocução entre a tradição marxista e o pensamento conservador europeu clássico e contemporâneo. Como exemplo do pensamento conservador tem-se Robert Castel, o qual afirma que a sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura (CASTEL, 1998).

Segundo o autor defensor de uma “nova questão social” – cujo horizonte de observação foi uma Europa pós Estado de bem-estar marcado por uma crise estrutural e uma crescente taxa de desemprego – a desagregação desse sistema questiona a função integradora do trabalho, sendo a “nova questão social fruto do enfraquecimento da sociedade salarial” (CASTEL, 1998, p. 45), sua defesa é por um Estado de bem-estar social forte e universal, por acreditar que o crescente do número de inúteis no mundo é fruto desse enfraquecimento estatal.

Iamamoto (2014) realiza algumas críticas contundentes ao autor, dentre elas, é a de ele não relaciona a “questão social” com as classes sociais, apenas situa no centro da ideia uma sociedade salarial, na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupa no salariado, não somente sua renda, mas também seu “status”, sua proteção e sua identidade. A crise do capital é interpretada como crise da relação salarial e a regulação é consubstanciada na terceira via cimentada no imperativo da coesão social.

Outro autor criticado por Iamamoto (2014) é Pierre Rosavallon, da escola Francesa e defensora da concepção de “nova questão social”, com traços do conservadorismo, ele compreende que o “Estado-providência” é insubstituível na manutenção da coesão social, mas deve ser reinstituído na perspectiva da solidariedade e não mais do direito social. Para o autor quando a concepção de risco social se torna estável, ampliando a sua escala, perde sua

pertinência como base da gestão do social, pois é substituído pela precariedade e vulnerabilidade, o que requer um novo contrato social. O autor propõe um “Estado-providência”, voltado ao novo direito de inserção social, capaz de “personalizar seus meios de atuação”, pois em matéria de exclusão e desemprego de longa duração só existe situações particulares (IAMAMOTO, 2014).

Nesse contexto, Iamamoto (2014) chama atenção para as particularidades históricas de cada país, o que torna temerosa a transferência pura e simples das conclusões Europeias sobre a “questão social” para realidade histórica brasileira.

Dessa maneira, para autora na literatura brasileira, o projeto de formação profissional reconhece a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão, em seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais. Assim, a “questão social” explica a política social, mas o contrário não acontece.

De acordo com a Iamamoto (2014, p. 188- 195) a densidade teórica sobre o debate da “questão social” no Serviço Social: “A partir da década de 90, seguem uma rica trajetória, registrando contribuições que tratam o tema sob ângulos diferenciados: a gênese e as determinações históricas e teóricas perpassam a contribuição de IAMAMOTTO; NETTO; CARVALHO [...]”.

Segundo Netto (2001), o termo “questão social”, datada da terceira década do século XIX, surge para dar conta do fenômeno da pauperização massiva da questão social. Nesta mesma compreensão, Yasbek (2001) afirma que em uma sociedade de classe, a “questão social” é um elemento central da relação entre profissão e realidade.

Em contrapartida Pereira (2001) não identifica a “questão social” como sinônimo de contradições entre capital e trabalho, mas como questão derivada do embate político determinado por essas contradições. Iamamoto (2014, p. 190) mostra que “a autora ao afirmar que esta não é fruto da contradição entre às classes, mas do embate político, segmenta estrutura e ação em nome de sua integração, podendo levar a uma análise de concepção idealista: a realidade objetiva só existe quando existe para o sujeito, sendo criada na consciência”.

Já Faleiros (1999) considera improcedente tomar o conceito abstrato e genérico para definir uma particularidade profissional e reclama uma definição rigorosa da noção. Assevera uma dupla contestação: se a “questão social” for entendida como as contradições do processo de acumulação capitalista, seria improcedente colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada. Caso se refira às manifestações dessas contradições é preciso também,

qualificá-las para evitar identificar uma heterogeneidade de situações indiscriminada como objeto da atividade profissional.

O autor defende que a particularidade da profissão define-se no contexto de uma relação de forças inscritas nas relações de poder. Postula também a necessidade de se trabalhar com redes multipolares, que articulem atores em torno de uma questão disputada para fortalecer os oprimidos, e considera mais coerente definir como objeto de trabalho as políticas sociais ao invés da “questão social”. Segundo Yamamoto (2010, p.193) as análises do autor apoiam em uma diversidade de fontes teóricas, que podem levar a um universo teórico diversificado e composto, com todos os riscos que daí derivado, o ecletismo.

Outra crítica da autora é a Rose Serra sobre a sua concepção de que o objeto de atuação do Serviço Social é a política social. Marilda tece críticas contundentes a essa compreensão, pois as políticas sociais são meios utilizados pelo Estado para responder as expressões da “questão social” e não objeto de atuação.

Dessa forma, Yamamoto mostra que o debate em torno da “questão social” deve estar relacionado ao processo de produção do capital, sendo constitutiva do desenvolvimento capitalista e seu núcleo encontra-se essencialmente fundado pela lei geral da acumulação capitalista sendo determinada, pelas relações contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que torna cada vez mais socializado o processo de produção de riquezas, ao mesmo tempo em que privatiza o seu resultado final.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a “questão social” e suas expressões não é tarefa fácil. Exige uma análise minuciosa e articulada com os determinantes sociais, econômicos e políticos, isto é, uma análise que tenha como ponto central a contradição Capital X Trabalho expressos na lei geral da acumulação capitalista, pois é através da exploração do trabalho que a classe dominante extrai mais-valia da classe dominada, contraditoriamente, na medida em que a burguesia acumula riqueza aumenta o pauperismo.

Portanto, a importância de ter esse ponto central na compressão da “questão Social” vai interferir diretamente na luta de classe. Isso acontece porque as compreensões que perpassam uma crítica ao capitalismo desvendam a raiz fundante e crescente da “questão social”, por outro lado os “olhares” que não apreendem a “questão social” como resultado da contradição Capital X trabalho acabam naturalizando-a, sobretudo culpabilizando os

indivíduos pelas suas condições na sociedade, ou até mesmo atribuem “a questão social” a algo divino e presente em todos os modos de produções.

Esse tipo de análise acaba mascarando o processo exploratório típico do modo de produção capitalista e sendo funcional a produção e reprodução do capital e da “questão social”, ao mesmo tempo enfraquece a organização e luta da classe trabalhadora, pois ao compreender a “questão social” como natural, os (as) trabalhadores se mantêm alienados e não reivindicar por parte do Estado os seus direitos.

Portanto, é preciso “desvendar” as correlações existentes entre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e seus impactos nas respostas implementadas pelo Estado frente às demandas sociais para entender as requisições para atuação dos(as) assistentes sociais na contemporaneidade.

É apenas a partir de uma visão universal, e histórica e dialética da realidade que os profissionais do Serviço Social podem compreender que o seu objeto de atuação é as múltiplas expressões da “questão social” e que estas expressões fazem parte de uma complexa realidade, constituída de contradições engendradas pelo próprio modo de produção capitalista.

Portanto, nossas estratégias devem priorizar a criticidade nas análises de conjuntura e o fortalecimento do projeto ético-político e a implantação das Diretrizes Gerais para o Serviço Social. Tendo em vista, que foi uma construção coletiva do Serviço Social e que proporciona uma direção para formação e atuação profissional.

Nosso propósito diante da luta de classe e do acúmulo teórico a luz da teoria crítica, é mostrar os diversos debates em torno da “questão social” para compreender como pensam os teóricos e nos posicionamos em prol da classe explorada.

Diante disso, enfatizamos a importância das análises realizada por Yamamoto (2014), tendo em vista suas contribuições no Serviço Social, baseada na compreensão da questão social como objeto de intervenção profissional e fundante na sociedade capitalista.

5. REFERÊNCIAS

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário Petrópolis: Vozes, 1998.
- FALEIROS, V. **Estratégias em Serviço Social**. ed. São Paulo, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Capítulo II – Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, São Paulo: Cortez, 2014, p. 105-208.
- MARTINS, J. O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1991.

- MOTTA, Ana Elizabete. Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista. **IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS, 2010. pp. 01-18.
- NETTO, Jose Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social.** Temporalis. ABEPSS, Brasília, 2011.
- PERREIRA, P. **Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania.** Temporalis. ABEPSS, Brasília, n.3, 2001.
- SERRA, R. **Crise de materialidade no Serviço Social:** repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção Biblioteca básica de Serviço Social).
- YASBEK, M. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social.** Temporalis. ABEPSS, Ano III, n. 3, 200